

# Desvio de verba pode chegar a US\$ 1 bilhão

■ Levantamento da Subcomissão de Subvenções Sociais concluiu que toda a malversação foi patrocinada por 14 autoridades

Arnildo Schultz — 3/11/93

Josemar Gonçalves — 5/1/94

BRASÍLIA — O desvio de verbas das subvenções sociais, contratos, convênios e auxílios às instituições filantrópicas, associações comunitárias, culturais e esportivas e beneficentes, além de prefeituras pode atingir US\$ 1 bilhão. Foi o que constataram as investigações realizadas em conjunto por funcionários do Tribunal de Contas da União e da Subcomissão de Subvenções Sociais, que entregará seu relatório final ao deputado Roberto Magalhães da CPI do Orçamento na próxima segunda-feira.

Só no Rio de Janeiro, o total do rombo provocado pelo desvio das verbas de subvenções sociais foi de US\$ 61,477 milhões de dólares, sendo US\$ 15 milhões para as fundações ligadas ao deputado Fábio Raunheiti (PTB-RJ). O total em todo o país nos últimos cinco anos chegou a US\$ 100 milhões. Os ex-ministros Ricardo Fiúza e Margarida Procópio serão incluídos por terem liberado verbas beneficiando o "esquema de corrupção".

Todo o desvio de verbas públicas foi patrocinado, segundo o relator da Subcomissão, senador Garibaldi Alves (PMDB-RN), por 14 autoridades do Legislativo e do Executivo — 12 parlamentares, um suplente e a ex-ministra Margarida Procópio (da Ação Social). Por isso, a lista inicial que citava apenas sete parlamentares responsáveis pela malversação do dinheiro público vai duplicar. O relator vai pedir a cassação de 11 deputados e um senador por falta de decoro, e encaminhará ao ministério público o indiciamento em crime contra o Erário, de 18 prefeitos e 114 presidentes e tesoureiros de 57 entidades enquadradas como fantasmas.

**A lista** — A relação de 14 ainda pode ser ampliada ou reduzida, dependendo da avaliação do relator Roberto Magalhães e das informações que não param de chegar. Os envolvidos são:

■ João de Deus Antunes (PPR-RS) — transferiu recursos das subvenções sociais para sua conta bancária (US\$ 2,5 mil), além de US\$ 4,6 mil para sua mãe.

■ Francisco Diógenes (PPR-AC) — apresentou justificativa satisfatória, mas sua mulher, Raimunda Estela, presidente da Fundação, sacou recursos em sua conta.

■ Daniel Silva (PPR-MA) — recebeu cheque de Cr\$ 170.000.000 em 91, endossado pela construtora Construmax para a Prefeitura de Imperatriz, cujo titular era irmão do deputado.

■ Fábio Raunheiti (PTB-RJ) — obteve US\$ 15 milhões para suas 11 entidades, através de uma quadrilha que atuava no estado com o conluio de entidades evangélicas.

■ José Geraldo Ribeiro (PMDB-MG) — obteve US\$ 264 mil para três entidades suspeitas.

■ Cid Carvalho (PMDB-MA) utilizou recursos de subvenções de forma irregular. Seu assessor na Câmara, Paulo Rodrigues Alves é também o presidente da Fundeco (US\$ 800 mil em subvenções) e seu escritório funciona na sede da GM Construções cuja movimentação bancária coincide com a da prefeitura de Imperatriz (MA), e recebeu notas frias e depósitos da Associação Beneficente Cultural em 11.11.91 no valor de Cr\$ 147.000.000,00

■ Genebaldo Correia (PMDB-BA) — A mesma GM Construções depositou deste total acima citado, Cr\$ 5.000.000,00 em sua conta.

■ João Alves (sem partido -BA) — comandou o esquema para desviar recursos do orçamento. Cerca de US\$ 50 milhões só em sua movimentação bancária.

■ Margarida Procópio — participou de liberações de recursos para o esquema João Alves. Só para o Rio de Janeiro 35 entidades com prestação de contas suspeitas foram atendidas.

■ Ricardo Fiúza (ex-ministro da Ação Social) — liberou Cr\$ 13 bilhões para o esquema João Alves.

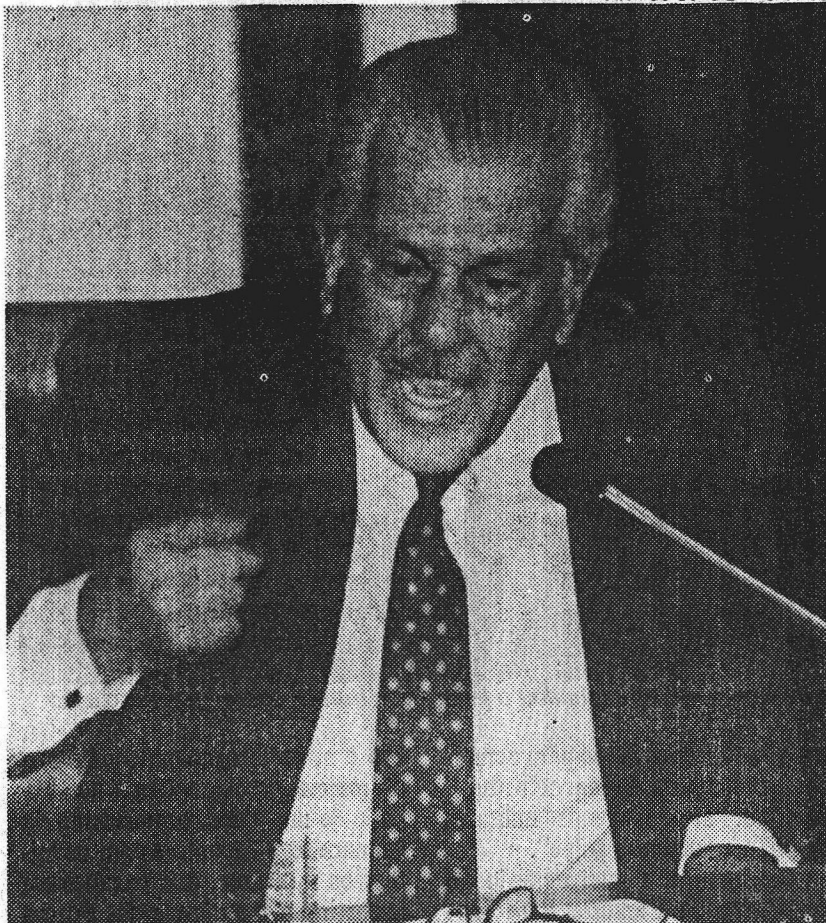
■ Paulo Portugal (PP-RJ) — recebeu subvenção para entidade ligada a seus interesses particulares.

■ Ronaldo Aragão (PMDB-RO) — comprou três ambulâncias com dinheiro de subvenção. As ambulâncias nunca apareceram.

■ Raquel Cândido (PTB-RO) — também adquiriu uma caminhonete com dinheiro de subvenção.

■ Feres Nader (PTB-RJ) — liberou subvenções para entidades dirigidas por pessoas de sua família.

□ O senador Gilberto Miranda (PMDB-AM) apresentou ontem requerimento à CPI do Orçamento pedindo a convocação de uma rede nacional de rádio e TV ao fim dos trabalhos. Miranda acha que o presidente da CPI, senador Jarbas Passarinho (PPR-PA), deve fazer um relato das investigações, para "absolver os que não forem incriminados". Passarinho submeterá a proposta ao plenário, mas afirmou que, a seu ver, a CPI não tem autoridade para requisitar a rede.



O ex-ministro Ricardo Fiúza é acusado de liberar Cr\$ 3 bilhões para o esquema de João Alves, que Margarida Procópio também teria ajudado